

CONSELHO DE ILHA DO FAIAL

PARECER DO CONSELHO DE ILHA FAIAL SOBRE A ANTEPROPOSTA DE PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2016

Por solicitação do Governo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho de Ilha do Faial, reunido em 12 de Outubro de 2015, deliberou emitir o seguinte parecer sobre a anteproposta de Plano Regional Anual 2016.

1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Conselho de Ilha do Faial reuniu pela primeira vez com a nova composição decorrente das alterações efectuadas ao Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho.

- O Plano Regional Anual para 2016 prevê um investimento total de 782,5 milhões de euros distribuídos por quatro objectivos; "Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional", "Promover a qualificação e a inclusão social", "Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade" e "Afirmar a identidade regional e promover a cooperação externa".
- O valor da dotação não desagregada é de 72.736.114€
- A dotação agregada à ilha do Faial é de 58.196.771€
- Em relação à dotação agregada à ilha do Faial no ano de 2015, no valor de 57.142.947 € regista-se um aumento de 1.053.824€.
- Relativamente ao objectivo "Aumentar a competitividade e a empregabilidade", a dotação prevista para a ilha do Faial cifra-se em 31.150.856€
- Relativamente ao objectivo "Promover a qualificação e a inclusão social", a dotação prevista para a ilha do Faial cifra-se em 12.203.155€.
- Relativamente ao objectivo "Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade", a dotação prevista para a ilha do Faial cifra-se em 14.842.760€

Numa primeira análise observa-se desde logo que alguns dos objectivos do Plano anterior foram cumpridos, outros transitaram para o próximo ano e que desapareceram algumas anteriores intenções de investimento do Governo Regional

sem que tenham sido concretizadas. O grau de execução do Plano 2015 foi baixo, o que retira credibilidade a muito do que é proposto para 2016.

Da análise efectuada pelo Conselho de Ilha do Faial, emite-se o presente parecer registando-se algumas das preocupações consideradas e os aspectos positivos constantes do documento em análise.

2 - PREOCUPAÇÕES CONSIDERADAS

Refletindo a crise económica e financeira vivida pelo nosso país, o Plano Regional Anual para 2016 é o último que se aprecia na actual legislatura e é a última etapa do quadro estratégico das Orientações de Médio Prazo 2013-2016.

Com este enquadramento e considerando as reduzidas taxas de execução verificadas ao longo dos últimos anos, no que se refere às acções programadas, o Conselho de Ilha do Faial, manifesta genericamente a sua preocupação relativamente à execução dos propósitos agora enunciados, sem prejuízo de considerar e reconhecer que importantes projectos foram entretanto conseguidos.

Ainda no plano geral o Conselho de Ilha do Faial manifesta a sua preocupação, relativamente ao novo modelo de transportes aéreos que, em muitas vertentes, penaliza fortemente a ilha, bem como o adiamento da 2ª fase das obras no porto da Horta que se consideram indispensáveis e urgentes. A título de exemplo refira-se as dificuldades no escoamento de peixe, o desvio de tráfego aéreo de e para outras ilhas com as inerentes consequências, a inexistência de um "Travel Lift" com maior capacidade para varagem de embarcações, a incapacidade no porto para acolher no Inverno embarcações em terra e a consequente possibilidade de efectuar reparações navais e outros aspectos que se consideram essenciais numa perspectiva de futuro para a ilha do Faial.

O Conselho constatou ainda que a ilha continua a não dispor de uma pousada de juventude, que existem dificuldades no que se refere aos caminhos agrícolas e que, as IPSS passam por dificuldades e carências em resultado do novo modelo de protocolos que deve ser alterado.

Em síntese, o Conselho de Ilha do Faial manifesta a sua apreensão relativamente ao que lhe parece ser uma nova orientação política que altera o posicionamento da ilha do Faial no contexto regional, dificultando o seu progresso e o seu contributo para o desenvolvimento do arquipélago.

Ainda no âmbito das preocupações manifestadas pelos conselheiros, regista-se o seguinte:

- A dotação para reabilitação de estradas regionais mostra-se insuficiente sobretudo se incluir as ligações Largo Jaime Melo/Alto da Ribeira do Cabo e Largo Jaime Melo/Ribeira Funda que se consideram prioritárias.

- A inexistência de qualquer referência às Termas do Varadouro e à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

- A dotação insuficiente para recuperação das igrejas do Carmo e S. Francisco e para o Museu da Horta, considerando a urgente necessidade de reabilitação do lado sul do edifício.

- O desaparecimento de qualquer menção à 2ª fase da Variante à cidade da Horta. Trata-se de um projecto já concluído e que, pelo simples facto de existir, condicionou ou motivou importantes decisões urbanísticas. Não é aceitável que seja retirado do Plano sem explicações detalhadas.

- A não referência explícita à remodelação da sede do Clube Naval da Horta, cujos projectos estão concluídos.

O Conselho de Ilha do Faial regista ainda com preocupação, a discrepância entre este documento de planificação de investimentos para 2016 e a Carta Regional de Obras Públicas para a Ilha do Faial 2013/2016, notando que neste documento estava prevista a estabilização da orla costeira do Porto do Salão.

Finalmente o Conselho de Ilha do Faial tem a expectativa de que as verbas não desagregadas contemplem outras necessidades que na ilha do Faial tenham especial relevância, recomendando-se a reparação do polivalente do Capelo e do ginásio da Casa de Infância de Santo António, cujo estado de degradação requer atenção urgente.

O Conselho de Ilha do Faial espera que a execução material e financeira destes projectos atinja um nível aceitável, sob pena de muitas das dificuldades sentidas nesta ilha se continuem a agravar. O Conselho de Ilha do Faial espera igualmente que os órgãos de Governo Próprio tomem em consideração, não ser aceitável que sejam tomadas medidas de orientação sectorial ou geral que limitem ou anulem as capacidades de qualquer ilha da Região Autónoma.

3 - ASPECTOS POSITIVOS DO PLANO 2016

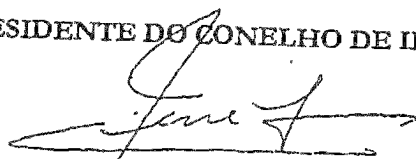
Entre outras com menor expressão financeira registam-se os seguintes investimentos e acções:

- Remodelação da creche "O Castelinho" – acção 7 1 17 – 700.000 €
- Construção de Centro de Dia nos Flamengos - acção 7 4 25 – 125.000€

- Empreitada de construção do novo corpo C do hospital da Horta – 2ª fase – Centro de Saúde – acção 6 2 1 – 1.166.667€
- Apoio à família, comunidade e serviços (Polivalente da Feteira) - acção 7 2 – 687.055€
- Construção do quartel de Bombeiros da AHBV Faial – acção 11 2 6 – 340.000€
- Grande reparação na EBI Horta – acção 5 1 6 – 750.000€
- Núcleo museológico dos cabos submarinos do Museu da Horta – acção 5 10 28 – 75 000€
- Intervenção nos circuitos logísticos terrestres de apoio ao desenvolvimento do Faial – acção 10 2 27 – 1.200.000€
- Requalificação do entreposto frigorífico da Horta - acção 3 2 17 – Investimento 1.525.000€ - Plano 375.000€
- Melhoramento das condições de segurança e operacionalidade do núcleo de pescas do porto da Horta - acção 3 2 18 – Investimento 1.050.000€ - Plano 350.000€
- Reordenamento do Porto, Marina e Baía da Horta - Infraestruturas e Equipamentos portuários e aeroportuários (Início da requalificação e reordenamento da frente marítima da cidade da Horta (2ª fase) - acção 10 5 1 – Investimento 4.707.000€ - Plano 457.000€
- Escola do mar dos Açores – acção 12 7 10 – 2.040.000€
- Construção do matadouro do Faial – acção 2 1 9 – Investimento 2.944.000€ - Plano 295.000€
- Reabilitação da fábrica da baleia de Porto Pim – acção 12 1 13 – 390.000€
- Execução de protocolo com a Diocese de Angra - acção 5 10 15 – 845.000€, no pressuposto de que parte desta verba se destina à Igreja dos Flamengos.
- Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial – acção 10 2 11 – 130.000€
- Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e outtas – acção 3 1 2 – 1.200.000€

Horta, 19 de Outubro de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA



Fernando Manuel Machado Menezes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3216 Proc. n.º 102
Data:	015/11/17 N.º 64/X